



“BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA”: O QUE APRENDEMOS COM ISSO?

Isabela Dutra Corrêa da Silva¹
Roseli Belmonte Machado²
Débora Duarte Freitas³

Resumo

Imersa na perspectiva dos Estudos Foucaultianos em Educação, esta pesquisa problematiza os discursos proferidos pela presidenta Dilma Roussef na ocasião da sua posse em janeiro do ano de 2011 e em janeiro do ano de 2015 quando institui como lema de seu Governo “Brasil, Pátria Educadora”. O lema do primeiro Governo Dilma, “País rico, é País sem pobreza” centrava-se numa estratégia de desenvolvimento social para eliminar a extrema pobreza até o ano de 2014. O discurso do ano de 2015 enfatiza a educação como uma estratégia de Governo que deve ser executada colaborativamente por todos os cidadãos. Ao nos debruçar sobre esses materiais, utilizando os conceito-ferramenta de governmentation, governmentality and biopolitics, debatemos a centralidade que a educação toma no Brasil e quais os seus usos.

Palavras-chaves: Pátria Educadora. Discurso. Educação. Estudos Foucaultianos.

“BRAZIL, A COUNTRY OF EDUCATION”: WHAT WE LEARN WITH THAT?

Abstract

Immersed in the perspective of Foucauldian Studies in Education, this research discusses the speeches delivered by the President Dilma Roussef at the time of his possession in January of 2011 and January of 2015 when establishing the motto of his government "Brazil, a country of education". The motto of the first government Dilma, "rich country is country without poverty" focused on a social development strategy to eliminate extreme poverty by the year 2014. The speech made in 2015 emphasized education as a government strategy should be pursued collaboratively by all citizens. To lean on about these materials, using the concept of governmentation, governmentality and biopolitics, we discussed the centrality that education takes in Brazil and what are its uses.

Keywords: Country of education. Speech. Education. Foucauldian Studies.

"BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA": ¿QUÉ APRENDEMOS CON ESO?

¹ Doutorado em andamento em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

² Doutorado em Educação (Conceito CAPES 6) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

³ Doutorado em andamento em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

Resumen

En la perspectiva de los Estudios Foucaultianos en Educación, esta investigación problematiza los discursos pronunciados por la presidenta Dilma Rousseff en la ocasión de su posesión en enero del año 2011 y en enero del año 2015 cuando instituye como lema de su Gobierno "Brasil, Patria Educadora". El lema del primer Gobierno Dilma, "País rico, es país sin pobreza" se centraba en una estrategia de desarrollo social para eliminar la extrema pobreza hasta el año 2014. El discurso del año 2015 enfatiza la educación como una estrategia de gobierno que Debe ser ejecutada colaborativamente por todos los ciudadanos. Al contemplar estos materiales, utilizando el concepto-herramienta de gobierno, gubernamentalidad y biopolítica, discutimos la centralidad que la educación toma en Brasil y cuáles son sus usos.

Palabras claves: Patria Educadora. Discurso. Educación. Estudios Foucaultianos.

QUERIDOS BRASILEIROS E BRASILEIRAS

No dia 1º de janeiro de 2015 a então presidenta Dilma Rousseff, ao assumir o Governo do Brasil, profere o seu discurso de posse. Após afirmar que em seu primeiro mandato o “*Brasil alcançou um feito histórico, superamos a extrema pobreza*” (BRASIL, 2015a), a presidenta reeleita proclama o lema do seu governo: “*Brasil, Pátria Educadora*” (BRASIL, 2015a). O pontapé inicial do Governo Dilma nos provoca a refletir sobre a centralidade que a educação no Brasil assumiu em seu mandato, mas, ao mesmo tempo, nos convoca a pensar sobre que educação é essa e quais são os seus usos. Inserida na perspectiva dos Estudos Foucaultianos, esta pesquisa discute algumas das condições de possibilidade que tornaram possíveis o lema “Pátria Educadora”, ao mesmo tempo em que reflete sobre os seus efeitos em termos de um governo das condutas.

Abordaremos neste artigo o fato da ex-presidenta⁴ considerar que, a partir da superação da extrema pobreza — lema de seu primeiro mandato —, é possível pensar numa pátria educadora. Naquela ocasião, diferentes estratégias foram colocadas em ação, para dar conta deste propósito e, em nossa percepção, com o intuito de incluir os sujeitos no jogo econômico. Ações que visavam o desenvolvimento social, a educação, a segurança, a saúde, dentre outras, articularam-se para capturar os diferentes sujeitos e eliminar, em vários âmbitos, a extrema pobreza. A partir dessa superação, coloca-se a necessidade de termos sujeitos educados para serem melhores governados e se manterem no jogo econômico. Pensar esse deslocamento é algo profícuo nos dias de hoje, na medida em que a educação, há alguns

⁴ Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, tem seu mandato cassado, o que resultou na interrupção de seu exercício político enquanto Presidenta da República.

anos, vem assumindo a centralidade das discussões políticas, econômicas, sociais e culturais. Nas palavras de Peters (1994) “a educação pode, de fato, ser a estrela do futuro” (PETERS 1994, p. 223). Como pesquisadoras da área da educação, nos vemos convocadas a tematizar e a debater tais questões. É importante ressaltar que não temos por objetivo nos colocar a favor ou contra tais políticas, mas temos, sim, uma preocupação em não naturalizarmos as políticas de inclusão como atos meramente benevolentes e, com isso, acreditamos ser necessário atentarmos para o fato de que ações inclusivas podem ser um meio para uma vida mais igualitária e justa, como também podem estar servindo a uma lógica de mercado pautada em princípios neoliberais.

Dessa forma, nosso objetivo é problematizar quais as condições de possibilidade que permitiram o deslocamento de objetivos do governo Dilma, colocando a educação como foco central da ação governamental, além de demonstrar como esses movimentos estão inseridos em estratégia de condução das condutas para enquadramento numa lógica de governamentalidade neoliberal. Para isso, analisamos os discursos de posse da ex-presidenta, proferidos em janeiro de 2011 e janeiro de 2015 na ocasião de sua posse, os quais englobam o que foi proferido a toda nação e outros que foram destinados a diferentes órgãos. Olhamos para esse movimento, a partir dos conceitos-ferramentas dos estudos foucaultianos, em especial os conceitos de governo, governamentalidade e biopolítica.

Para organizar nossas reflexões, em primeiro lugar, a partir da noção foucaultiana de governamentalidade, discutimos de que forma a educação vem constituindo-se como o centro dos debates políticos, sociais, econômicos e culturais no Brasil. Em seguida, problematizamos o modo como os sujeitos são capturados pelo discurso político e são colocados no jogo econômico, destacando a maneira como são educados a fazerem parte dessa lógica de mercado instituída pela governamentalidade neoliberal. Nas “Últimas palavras”, finalizamos este artigo enfatizando os principais aspectos discutidos.

SOBRE GOVERNAMENTALIDADE E EDUCAÇÃO

A constituição das diferentes sociedades, de um modo ou de outro, foram pautadas por uma vontade de poder ou por um desejo de governar. Em diferentes épocas, há racionalidades que pensam, organizam e governam a vida em sociedade, lançando mão de diferentes estratégias. De acordo com Avelino (2011), Foucault entendia como racionalidades “os

conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; nesse sentido as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real” (AVELINO, 2011, p. 32).

Tais racionalidades não emergem sozinhas, mas se constituem a partir de condições de possibilidade que estão dispostas em determinado tempo e não em outro. Assim, podemos entender que, embora algumas práticas ou ações de um tempo pareçam idênticas a outras, elas se distinguem, pois atendem a um tempo e a uma racionalidade específica que mudam a cada época.

O ideário do “deixar viver e fazer morrer” — típico do poder soberano —, vai sendo deslocado para um “fazer viver e um deixar morrer” — característico de uma sociedade que tem como objetivo administrar a vida da população. Tal poder é chamado de biopoder e desenvolve-se a partir do século XVII mediante duas faces: uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1988). Os mecanismos desse exercício de poder constituem dispositivos de segurança aliados aos dispositivos disciplinares que passam a gerir a vida da população.

Dentre as mudanças na racionalidade política que passamos, também podemos destacar o advento de um liberalismo e, posteriormente, de um neoliberalismo. Nos Estados liberais, tratava-se de governar menos, deixando o mercado aparecer para “limitar do interior o exercício do poder de governar” (FOUCAULT, 2008, p. 39). Candiotto (2013), ao tratar da biopolítica nos Estados de Bem-Estar social, expõe que o período entre guerras e o período que as seguiu, adjetivou-se os Estados como de Bem-Estar (*Welfare State*), o qual tratou de evitar a morte e fazer viver, cuidando da vida da população por meio de diversas políticas de inclusão educacionais e nutricionais, além de políticas de empregabilidade, previdência e garantia de moradia, lazer, cultura, planos de saúde governamentais e a manutenção dos padrões de vida e de consumo.

De acordo com Lopes (2013), no final da década de 1980, ocorre “uma grande virada no cenário promissor do *Welfare State*” (LOPES, 2013, p. 295). Os Estados diminuem seus investimentos e começam a incorporar práticas do neoliberalismo, a saber: constituir sujeitos para serem “livres” dentro de uma lógica de mercado; garantir que os sujeitos se sintam interpelados pela concorrência; educar as pessoas para que se ocupem de si mesmos; e garantir para si condições que antes eram garantidas pelo Estado (LOPES, 2013).

Assim, entendemos que quando o Governo Federal brasileiro propõe como lema de Governo “País Rico é País sem Pobreza”, ele está se afinando aos preceitos de uma racionalidade neoliberal, primando pela inclusão e pela participação de todos nas diversas redes do mercado. Não obstante, consideramos que somente foi possível pensar numa “Pátria Educadora” após o Brasil ter sido considerado um “país sem miséria”. Foi preciso, primeiramente, capturá-los, colocá-los no jogo e, a partir de então, é necessário educá-los para permanecer no jogo.

Não é recente e nem ao acaso que a educação tem tomado centralidade nas diversas estratégias de Governo. De acordo com Veiga-Neto (2006, p. 31) “a escola moderna funcionou — e em boa medida continua funcionando — como um conjunto de máquinas encarregadas de criar sujeitos disciplinados num e para um novo tipo de sociedade que se gestava após o fim da Idade Média”. A educação sempre esteve conexas a modos de exercício de Governo e de governo. Assim, embora as racionalidades e as formas de exercício de poder se desloquem ou se modifiquem, ainda estaremos governando e procurando conduzir a si mesmo e aos outros. Foucault chama isto de governamentalidade, que seria “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 1994, p. 02).

Dentre as diversas técnicas exercidas, Foucault (2011) em seus últimos escritos, também nos fala de um governo pela verdade. A partir de textos e escritos da antiguidade greco-romana, o autor nos traz importantes colaborações sobre as práticas de si em diferentes períodos históricos e mostra técnicas que exigem do sujeito que diga a verdade sobre si mesmo. Para Avelino (2011) ao pensarmos sobre essa verdade, importa o seu poder e seus efeitos na subjetivação dos sujeitos. É um entendimento sobre a verdade que se afasta do transcendental e se desloca para uma verdade imanente que vincula o sujeito a si mesmo. Ao tomar para si certas verdades, o sujeito subjetiva-se e exerce operações sobre si que reforçam tais verdades.

No meio educacional contemporâneo vemos uma proliferação de verdades que constituem e subjetivam os diferentes sujeitos. Destacam-se os trabalhos de: Nogueira-Ramirez (2009) problematizando a ênfase que a aprendizagem assume nos dias de hoje; Aquino (2012) apontando um alargamento do raio de ação escolar e as incumbências dos professores; Fabris e Traversini (2013) discutindo a ideia de uma escola que, para além dos conhecimentos escolares, procuram gerenciar os riscos. Nos exemplos de discursos e práticas

educacionais contemporâneas discutidas pelos autores, entendemos que cada uma delas, de um ou de outro modo, vão se engendrando como verdades. A educação é a verdade que governa e conduz.

Assim, quando a ex-presidenta Dilma Rousseff, em seu mandato, aciona a educação como central e diz que esse é o caminho, ela está produzindo uma verdade que é usada como estratégia de Governo. Essa estratégia, aliada a outras que já estavam em ação, objetiva capturar os sujeitos, trazê-los para dentro do jogo econômico e mantê-los nessa engrenagem.

PAÍS RICO, PAÍS SEM POBREZA

Reafirmo aqui outro compromisso: cuidarei com muito carinho dos mais frágeis e mais necessitados(BRASIL, 2011, s/p).

Como já ressaltado, acreditamos que para o discurso da “Pátria Educadora” se constituir como possível, primeiro houve um movimento de inclusão e captura daqueles sujeitos que se encontravam à margem da sociedade. Por isso, o destaque da epígrafe, que nos aponta o público-alvo do governo Dilma: aqueles classificados como “os mais frágeis e mais necessitados”. Enfim, aqueles que não se encontram em condições de consumir, nem impactar de forma considerada vantajosa à sociedade e ao mercado.

O neoliberalismo constitui formas de vida cada vez mais conduzidas e governadas por princípios de mercado e autorreflexão, mas para essa racionalidade funcionar é preciso um princípio básico e fundamental: incluir a todos no jogo econômico, mesmo que de formas desiguais(LOPES, 2009). O sujeito precisa ter condições básicas para entrar no mercado e, depois disso, precisa ter o desejo de permanecer nele. Sendo assim, a erradicação da extrema pobreza é passo primordial para dar condições mínimas de entrada no jogo neoliberal, atingindo um equilíbrio social e econômico, talvez seja possível uma redução da ação do campo social. Em função disso, os que estavam à margem, passam a ser o enfoque do governo, como é possível perceber nos excertos abaixo:

Acredito e trabalharei para que estejamos todos unidos pelas mudanças necessárias na educação, na saúde, na segurança e, sobretudo, na luta para acabar com a pobreza, com a miséria (BRASIL, 2011, s/p – grifo nosso).

[...] temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. (BRASIL, 2015a, s/p).

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão (BRASIL, 2015a, s/p).

Nós temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Nós resgatamos 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, 22 milhões apenas no meu governo. Nesses períodos, *nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias*. (BRASIL, 2015b, s/p – grifo nosso).

O grande enfoque está na ascensão de pessoas que não tinham condições financeiras e que, por investimento do governo, passam a fazer parte de uma classe que tem acesso a bens de consumo. Além disso, miram uma inserção social através do acesso ao ensino e melhores trabalhos. Esse é um enfoque recorrente e ressaltado no discurso de posse da presidenta na época. É nessa lógica de inclusão que se justificam vários dos programas sociais mobilizados pelo Governo brasileiro nos últimos anos, como o *Plano Brasil sem Miséria*⁵, *Bolsa Família*⁶, *Fome Zero*⁷, *Vale-Gás*⁸, *Luz para Todos*⁹, *Saúde na Escola*¹⁰, etc. Consideramos importantes também, outros programas como *Vale-Cultura*¹¹, *Pró-jovem*¹², *PróUni*¹³, *Pronatec*¹⁴, os quais, além de incluir os diversos sujeitos no jogo, despertam a vontade de que os sujeitos permaneçam no jogo. Muitos desses programas articulam-se para um mesmo fim: incluir os diversos sujeitos no jogo econômico, o que, para o Governo parece representar um país sem miséria. Afinal, “a inclusão pode ser vista como o primeiro passo numa operação de ordenamento, pois é preciso a aproximação com o outro” (VEIGA-NETO, 2001, p. 26-27).

É através desse reconhecimento que é possível capturar esses sujeitos e melhor governá-los. A inserção dos “mais frágeis e mais necessitados” é necessária para uma condução adequada da população. Afinal, é aí que se encontra o primeiro passo de uma ação biopolítica, quando se produz uma necessidade de governar a conduta de uma população, é

⁵Disponível em: <http://www.brasilsemisericia.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2015.

⁶ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 05 de maio de 2015.

⁷ Disponível em: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>. Acesso em 05 de maio de 2015.

⁸ Disponível em: <http://www.programadogoverno.org/vale-gas-auxilio-gas>. Acesso em 05 de maio de 2015.

⁹ Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em 05 de maio de 2015.

¹⁰ Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br/programasaudenaescola>. Acesso em 05 de maio de 2015.

¹¹ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/valecultura>. Acesso em 05 de maio de 2015.

¹² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17462&Itemid=817. Acesso em 05 de maio de 2015.

¹³ Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 05 de maio de 2015.

¹⁴ Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de maio de 2015.

que se capturam os excluídos. Em outros momentos, podemos ver claramente como a retirada da miséria faz parte de um projeto maior, mas que se torna passo primário e necessário para a captura desses indivíduos considerados excluídos. Há todo um investimento por parte do governo para garantir as condições mínimas que possibilitem uma melhor captura do sujeito e que possibilitem a necessidade de uma pátria educada. Inúmeros apontamentos positivos são indicados pela presidenta em relação a sua primeira gestão, mas destaca, como o aspecto mais importante, a diminuição da taxa de desemprego. O vínculo ao emprego e a uma renda é um importante critério para a governamentalidade neoliberal, pois é através da manutenção do emprego/renda que é possível a participação econômica e uma melhor captura dos sujeitos e, ao mesmo tempo, uma desoneração do Estado, pois o neoliberalismo precisa de sujeitos que saibam gerir suas vidas e, por consequência, que não dependam de políticas sociais. Nesse sentido, corroboramos com a argumentação de Saraiva e Lopes (2011, p. 19) que afirmam que as “políticas de inclusão, a partir dessa perspectiva, podem ser entendidas como produtoras da liberdade de mercado, se constituindo, desse modo, num elemento importante na governamentalidade neoliberal”.

Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais. (BRASIL, 2015a, s/p – grifo nosso).

Tudo isso voltado para o que é *mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização*, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando (BRASIL, 2015a, s/p – grifo nosso).

É nessa lógica de erradicação da pobreza e decaptação dos sujeitos que são criadas as condições de possibilidade de um lema como a “Pátria Educadora”, pois os sujeitos para serem governados, primeiramente precisam se encontrar incluídos e capturados pelo jogo neoliberal, podendo, a partir desse movimento, serem (re)educados ao mercado. Após os sujeitos serem retirados de uma situação de miséria e incluídos em um processo de subsistência básica é que a educação se torna peça chave para que se aprenda a gerenciar a vida e querer permanecer incluído. Entendemos que é a partir dessa inclusão e da captura dos sujeitos para uma lógica de mercado e de consumo que a pátria educadora poderá agir. A “Pátria Educadora” não captura diretamente os sujeitos, mas ela atua na condução das condutas dos já capturados. Primeiramente buscou-se um “país sem miséria” e, depois que os

sujeitos estivessem minimamente incluídos, procura-se transformar o país em uma “pátria educadora” para que os incluídos aprendam a permanecer no jogo.

PÁTRIA EDUCADORA COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros -, o fim da miséria é apenas um começo (BRASIL, 2015a, s/p).

Perceber um movimento de continuidade em relação às ações do governo Dilma é fundamental para entendermos como nos constituímos uma pátria que coloca a educação como objetivo central de um governo. Um primeiro passo foi a captura dos sujeitos através da inserção social mínima representada pela superação da pobreza. A partir disso, contemplam-se estratégias de governo dos sujeitos que necessitam de uma pátria educada para funcionar, colocando em ação práticas que conduzem a conduta dos sujeitos. A educação torna-se ferramenta essencial para a construção de uma sociedade em que o governo dos sujeitos seja possível. É necessário que cada um seja educado para o jogo econômico, para a competição e para o empresariamento de si, acreditando que seja possível que tenhamos sujeitos que respondam a um objetivo social cada vez mais vinculado a um objetivo de mercado.

Nessa perspectiva, percebemos que a presidenta invoca constantemente a ideia do desejo, do “querer mais” vinculado à ideia de avanço social do povo brasileiro, como podemos ver nos excertos a seguir:

Já fizemos muito nos últimos oito anos, mas ainda há muito por fazer. E foi por acreditar que *nós podemos fazer mais e melhor* que o povo brasileiro nos trouxe até este momento (BRASIL, 2011 – grifos nossos).

Sei que vocês *querem mais e melhor* [...] (BRASIL, 2015b, s/p – grifos nossos).

O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também *um recado de quem quer mais e melhor* (BRASIL, 2015a, s/p – grifos nossos).

O povo brasileiro quer mudanças, *quer avançar e quer mais*(BRASIL, 2015a, s/p – grifos nossos).

Dar melhores condições e educar a população para buscar esse avanço é uma estratégia para conduzir os sujeitos a uma postura competitiva e mercadológica, vinculada ao desejo de ter mais e oferecer mais, conforme destaca a presidenta.

O meu sonho é o mesmo sonho de qualquer cidadão ou cidadã: o sonho de que uma mãe e um pai possam oferecer aos seus filhos oportunidades melhores do que a que eles tiveram em suas vidas (BRASIL, 2011, s/p).

Um seguinte aspecto que enfatizamos no discurso da presidenta é o modo como a educação ultrapassa a área escolar e as universidades. Para além dessas instituições, notamos que as ações educativas se espalham para poderem influenciar num melhor gerenciamento da população. Somos constantemente ensinados a organizar nossas finanças, a escolher o tipo de alimentação mais adequada para uma vida saudável, a entender quais hábitos são nocivos à saúde, como educar nossos filhos, como e com quem nos relacionarmos sexualmente, etc. Dessa forma, a educação passa cada vez mais a ser uma ferramenta potente para gerenciar a vida de uma população. A educação como verdade, passa a organizar e a gerir a vida em sociedade, abrangendo diversos setores. Dentro do neoliberalismo como modo de vida em que, constantemente, somos convocados a gerenciar nossos riscos e cuidar de nós mesmos — em um Estado que está cada vez mais a serviço do mercado — a educação é lançada como estratégia que, dentre outras coisas, nos conduz e nos educa neste modo de vida.

Assumo esse mandato com uma certeza: nós estamos juntos com a dignidade, estamos juntos de pé, e com a força da imensa fé que temos no povo desse país. De pé e com fé porque o Brasil será a *verdadeira pátria educadora* e os brasileiros terão *acesso a educação* de qualidade, da creche à pós-graduação. De pé e com a força da fé nesse país, porque vamos mudar a Constituição para permitir que o Governo Federal assuma a responsabilidade para melhorar a *segurança pública*. De pé e com a força da fé, porque vamos melhorar a nossa *saúde*, vamos garantir mais acesso a exames e a consultas com especialistas. De pé e com fé, porque vamos garantir *emprego* de qualidade, baseado na expansão da economia, na formação profissional e na inovação. De pé e com fé, porque apostamos em cada vez mais empregos e salários valorizados, porque vamos continuar com a política de *valorização do salário mínimo*. De pé e com fé, porque vamos continuar o *Minha Casa, Minha Vida, o Prouni, o Fies, o Ciência sem Fronteiras*. (BRASIL, 2015b, s/p – grifos nossos).

Percebe-se o quanto a educação se torna importante e como todos são convocados a compartilhar e a trabalhar a favor de um país educado. A educação é utilizada como um difusor que atinge os mais variados campos de ação do Governo brasileiro.

Quadro 1: Figura produzida para ilustrar os campos de ação do governo numa Pátria Educadora.



Neste quadro procuramos mostrar que existe um grande raio de ação do Governo que busca atingir vários campos. Embora as ações do Governo atinjam diferentes setores, tais como: saúde, segurança, meio ambiente, desenvolvimento social, entre outros, acreditamos que o discurso da “Pátria educadora”, posiciona a educação como central nessa lógica, uma vez que é através da possibilidade de uma pátria educada, que estão as condições necessárias para a permanência daqueles sujeitos capturados pela lógica do jogo neoliberal.

A proliferação de ações governamentais fortalece a inserção e a permanência desses sujeitos no jogo, auxiliando a construção de condutas mais adequadas e desejadas a um tipo de sociedade, uma vez que estes diferentes campos de ação do Governo possibilitam as condições básicas para uma organização de vida prevista dentro de uma lógica de mercado. A partir da aquisição de condições mínimas sociais, os sujeitos se subjetivam a permanecer no jogo e, ao mesmo tempo, assumem a educação como uma verdade deste tempo que propicia melhores condições de vida para todos.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Como pesquisadoras em educação e imersas no campo de pesquisa dos Estudos Foucaultianos, nos sentimos mobilizadas a debater sobre o discurso de posse do ano de 2015 da presidenta Dilma— Brasil, Pátria Educadora — que, em vários momentos, refere-se ao seu discurso anterior— País rico é país sem pobreza —, retomando as conquistas do seu primeiro Governo. Em nossa análise, percebemos que ações como a ascensão de muitos brasileiros à classe média, possibilidade de trabalho com carteira assinada, resgate de 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza, conquista da casa própria, valorização do salário mínimo, entre outras ações, capturaram os sujeitos, colocando-os para dentro do jogo econômico. Esse movimento de captura é condição de possibilidade para que a presidenta Dilma anuncie a Educação como central em seu novo governo.

Consideramos que as ações realizadas no primeiro Governo Dilma — que tinham o intuito de tornar o Brasil um país sem pobreza — são mecanismos de segurança que se constituem em ações biopolíticas que procuram intervir na vida da população. Desse modo, podemos pensar que as ações agora anunciadas pela ideia de Pátria Educadora, podem estar se dirigindo também à condução da conduta daqueles que já foram capturados pelas políticas de um país sem pobreza, interferindo nos seus desejos e conduzindo-os para permanecer no jogoneoliberal. É neste sentido que devemos estar atentos ao discurso da inclusão, não porque acreditamos que seja bom ou ruim, ou ainda, porque nos posicionamos a favor ou contra; mas, pelo fato de que a inclusão pode servir, também, a fins não meramente benevolentes. As políticas de inclusão, como observamos, podem ser um investimento no presente para a viabilização de um Estado mínimo no futuro (SARAIVA, LOPES, 2011). Isso porque a racionalidade política em que vivemos — de uma governamentalidade neoliberal — também lança mão e se abastece de ações de outros campos, tais como as políticas de inclusão e a própria educação. Ambas podem ser extremamente potentes para dar oportunidades ditas mais igualitárias de vida a sujeitos que se encontram marginalizados, no entanto, dentro de uma lógica neoliberal, acabam, muitas vezes, absorvidas e ressignificadas em estratégias que visam responder a uma lógica de mercado. Políticas vistas como de esquerda passam a compor e a também responder a um neoliberalismo na medida em que, cada vez mais as fronteiras entre direita e esquerda são borradas por um Estado que se coloca a serviço do mercado. Portanto, é importante a atenção ao analisarmos discursos que reivindicam direitos de minorias, pois a própria lógica inclusiva também atende a políticas econômicas internacionais e não fogem de um modo de vida neoliberal.

Nesse sentido, acreditamos que a educação é um *locus* privilegiado para que estratégias de governo e ações biopolíticas, que visam a condução da conduta daqueles sujeitos inseridos no jogo econômico, se efetivem. A articulação da Educação a outros campos de ação do Governo age no sentido de tornarem mais adequadas as condutas dos sujeitos que estão inseridos na lógica da governamentalidade neoliberal. Nessa perspectiva, a Educação toma força de verdade, pois está disseminada em todas as ações do Governo.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Julio Groppa. Da crise da educação formal ao fulgor dos processos de governamentalização educacional. In: **Anais do XVI ENDIPE**- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas: UNICAMP, 2012.

AVELINO, Nildo. Apresentação: Foucault e a Anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France 1979- 1980: Excertos. SP/RJ: Achiamé, 2011.

BRASIL. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff**: Parlatório do Palácio do Planalto. 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff**: Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional. 2015a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>.

BRASIL. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff**: Parlatório do Palácio do Planalto. 2015b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio-1>.

CANDIOTTO, César. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade biopolítica. In: BRANCO, G; VEIGA-NETO, A (orgs.). **Foucault filosofia e política**. BH: Autêntica, 2013. 1a reimp.

COSTA, Sylvio Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo In: **Educação & Realidade**, V.1, n.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2009. P.171 – 186

FABRIS, Eli; TRAVERSINI, Clarice. Conhecimentos escolares sob outras configurações: efeitos das movimentações disciplinares e de controle? In: TRAVERSINI, Clarice, *et. al* (orgs.). **Currículo e inclusão na escola de Ensino Fundamental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. 238 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. RJ: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. As técnicas de si. FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 783-813, Traduzido por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5017/3559>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 33.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France 1979- 1980: Excertos. SP/RJ: Achiamé, 2011.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009.

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault, filosofia e política**: BH: Autêntica, 2013. 1ª reimp.

NOGUERA-RAMIREZ, Carlos. O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. **Tese** (Doutorado em Educação). UFRGS/PPGEDU, 2009.

PETERS, Michael. Governamentalidade Neoliberal e Educação. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.211-224.

SARAIVA, Karla; LOPES, Maura Corcini. Educação, Inclusão e Reclusão. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 14-33, jan/jun. 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. In: **Proposições**, v.12, n. 2-3, p. 22-31, jul/nov. 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-38.